

## **Livros que tomam partido: Levantamento preliminar das editoras de caráter político em Portugal (1968-1982)<sup>1</sup>**

Flamarion Maués

Doutorando em História, USP. Bolsista da Capes.

flamaues@usp.br

### **Os livros de caráter político antes do 25 de Abril**

Portugal assistiu desde 1968, mas principalmente após a derrubada da ditadura salazarista em 25 de Abril de 1974, a uma explosão do que podemos chamar de *edição política*, ou seja, a publicação de livros de caráter político, marcadamente de obras vinculadas ao pensamento de esquerda, dentro de um movimento mais amplo de liberação política e cultural decorrente do fim da opressão. Surgiram inúmeras editoras de cunho claramente político-ideológico, muitas delas com vinculações com partidos ou grupos políticos.

Desde 1968, com a substituição, em setembro daquele ano, de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do governo português, iniciou-se um movimento editorial que acompanhou a rearticulação de setores oposicionistas, em especial de setores ligados ao campo estudantil e a grupos à esquerda do Partido Comunista Português (PCP). Além disso, as promessas de liberalização do regime que então surgiram deram um certo alento, inicialmente, a este movimento, pois resultaram no relaxamento de alguns instrumentos de controle da ditadura. Mas esta “primavera marcelista” pouco durou, e no começo dos anos 1970 voltou a prevalecer um regime político mais duro.

Boa parte da literatura marxista e socialista, principalmente dos seus principais teóricos e pensadores, foi publicada em Portugal antes do 25 de abril, e, com maiores ou menores dificuldades e perseguições, estava disponível ao público de estudantes,

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi realizada graças a uma bolsa concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal.

militantes e simpatizantes que tinha um interesse mais imediato por tais obras – e que conhecia os caminhos para ter acesso a elas.

O livreiro e editor Luís Alves Dias, da Livraria Ler, desde 1970 instalado no bairro de Campo de Ourique, em Lisboa, explica como fazia, naquela época, para vender livros que poderiam sofrer perseguições da DGS (Direção Geral de Segurança), novo nome que a famigerada PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) havia recebido no período do marcelismo:

“Fazíamos, por exemplo, 5.000 exemplares e a tipografia passava-nos uma factura de 1.500. Sobre esses 1.500 é que nós facturávamos a todas as livrarias. Ficavam 3.500 para vender pela porta do cavalo, como se costumava dizer. Era isso que nos salvava. Dos 1.500 eram apreendidos, se calhar, uns 700 ou 800. Isto porque as apreensões vinham três ou quatro dias depois de estarem os livros nas livrarias” (Dauro, 2008).

“À sorrelfa, arranjavam-se os livros dos quais o regime não queria que se ouvisse sequer falar. Escondiam-se em vãos de estantes, paredes falsas, ou até baldes de tinta, e só se vendiam a clientes de confiança – ‘por debaixo do balcão’, embrulhados em papel pardo” (Barata e Queirós, 1994).

Como recorda José Reis, gerente da Livraria Portugal, em Lisboa, “Os livros proibidos eram verdadeiros *best-sellers*, tanto pelo que eram, como por serem proibidos. Muitas vezes nem eram nada de especial. Mas a proibição aguçava o apetite” (Barata e Queirós, 1994).

Todos estes mecanismos de burla da repressão existiam justamente porque havia grande cerceamento à atuação das editoras e dos livreiros. Em um texto publicado na tradicional revista *Seara Nova* em Dezembro de 1974, os responsáveis pela Editora Seara Nova lembravam o clima em que tinham que trabalhar durante a ditadura:

“Era permanente a presença da PIDE nas nossas instalações, sob qualquer pretexto ou sem pretexto nenhum, com seu habitual cortejo de ameaças e violência e depredações; as monstruosas apreensões de livros que nos criaram uma situação financeira angustiante e se revelavam processo eficaz de nos impedir de continuar com as nossas

edições; as constantes intimidações para depor em processos que se acumulavam e aos quais sabíamos mal como poderíamos resistir” (“Seara Nova...”, 1974: 2-3).

A intimidação e a repressão tinham por fim atingir também economicamente as editoras e os livreiros:

“Nos dois anos que antecedem ao 25 de Abril de 1974, as prateleiras da [Editora] *Seara Nova* ficaram com menos 1.500 contos de livros que a PIDE/DGS se encarregou de levar para os armazéns da Rua António Maria Cardoso. Além de ter alguns dirigentes e colaboradores detidos na prisão de Caxias (situação que era já quase normal), a *Seara Nova* podia contar, nessa altura, com pelo menos cinco processos por edições de livros considerados subversivos e que a DGS tinha já enviado para o Tribunal Plenário” (Brandão, 2007).

Mas, mesmo com estas perseguições, podemos afirmar que ainda durante a ditadura salazarista a circulação de livros de esquerda, marxistas e socialistas, foi razoavelmente ampla, principalmente no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Como nos disse o professor António Monteiro Cardoso, na altura militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP): “Li tudo o que precisava para a minha formação marxista antes de 1974. Estava tudo disponível, desde que se tomassem certos cuidados e se conhecessem os canais certos”.

Tão ampla era a circulação desta literatura que chegou a ser tratada em uma série de oito artigos, publicados de novembro de 1971 a abril de 1972 no jornal *Época*, um periódico claramente identificado com o regime. Este levantamento, feito por Martinho de Freitas, apresentava, nas palavras do autor, os livros que conformavam um “movimento editorial de intenção revolucionária”<sup>2</sup>. Freitas listou dezenas de títulos de Marx, Engels, Lenin, Stalin, Trotsky, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, Che Guevara, entre outros, editados apenas no ano de 1971 em Portugal.

Tratando da difusão de obras sobre marxismo em Portugal, António Ventura (2000: 217) detecta um “surto editorial nunca antes experimentado” dessas edições a partir de

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma série de oito artigos, publicados de novembro de 1971 a abril de 1972. Eles estão citados na bibliografia. Agradeço ao prof. José Manuel Lopes Cordeiro, que gentilmente me cedeu cópias desses artigos.

1970, afirmando que: “Se antes era difícil encontrar, no mercado luso, obras de Marx e Engels, elas começaram a surgir com uma profusão surpreendente” a partir de então. O mesmo fenômeno é também destacado por Miguel Cardina (2008: 118): “Na aurora dos anos 70, ocorre em Portugal uma verdadeira explosão ao nível da tradução de textos das mais variadas correntes do marxismo [...]. Marx, Engels, Lenine, Mao Tsé Tung, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Gramsci são profusamente vertidos para o português”.

De acordo com este autor, algumas das editoras que relacionamos ao grande movimento editorial de caráter político pós-25 de Abril destacaram-se, mesmo antes do fim da ditadura, por publicar parte substancial das traduções por ele mencionadas, nomeadamente as editoras D. Quixote, Prelo, Portucalense, Estampa, Presença, Centelha. Ainda segundo Cardina (2008: 119):

“Uma fatia não despreciada era também traduzida e divulgada no limitado circuito estudantil, através de estruturas de imprensa clandestina. Importante era ainda o papel das cooperativas livreiras, bastante activas durante o marcelismo e animadas por variados setores de oposição [...]”.

É interessante também assinalar que um livro, *Portugal e o Futuro*, do general António Spínola, teve papel importante no processo político que levou ao golpe de 25 de Abril. Publicado pela editora Arcádia, de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1974, a obra representou uma contestação aberta, ainda que moderada, à política colonial do regime português, feita por um dos mais importantes generais do exército, que havia sido até pouco tempo antes governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, e ocupava na ocasião do lançamento do livro o cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. De acordo com José Alberto Loureiro dos Santos: “Este facto [a publicação do livro] funcionou como um autêntico anúncio de uma revolta militar” (Santos, 2007: 14).

### **Os livros no pós-25 de Abril**

Mas isso não quer dizer que com o fim da ditadura a situação referente à edição de livros de caráter político não tenha se modificado. Modificou-se significativamente,

pois passou a ser possível publicar tudo sem restrições legais, sem perseguição policial e, principalmente, houve um grande aumento do interesse por este tipo de livro. Se antes eram os estudantes, militantes e simpatizantes os principais compradores, em 1974 e 1975 esse público aumenta enormemente.

Francisco Melo, diretor das Edições Avante!, a editora do PCP, lembra:

“Havia, depois de quase meio século de fascismo, muito interesse no conhecimento desse material [político], quer dos materiais do partido, quer dos clássicos do marxismo, embora um ou outro já se conseguisse editar nos últimos tempos do fascismo, mas aquilo foi um rio que se soltou, rompeu-se o dique, era um entusiasmo enorme, grandes tiragens”.

Assim, é inegável que onda de liberdade advinda da revolução que pôs fim à ditadura em Portugal fez crescer como nunca o número de editoras e de livros publicados, dos quais parte significativa era de cunho político e com perfil de esquerda, ou de denúncia do antigo regime, dentro de um movimento cultural mais amplo, que abrangia variadas áreas.

Um jornalista brasileiro em visita a Lisboa pouco depois do 25 de Abril registrava:

“A Revolução de Abril provocou um *boom* no terreno da informação. Os livros proibidos caíram de súbito em meio à curiosidade de quase meio século. Espalham-se pelas calçadas os clássicos marxistas e as obras de divulgação, que compreendem desde os enciclopedistas até os modernos divulgadores da genética. As livrarias também fervem. Em suas vitrinas predominam os fascículos sobre os eventos e livros nunca difundidos. Percebe-se, de fato, o voraz manuseio dos volumes de capa vermelha, destacando-se os títulos das memórias de [Álvaro] Cunhal e [Mário] Soares, líderes respectivos dos partidos comunista e socialista.” (Mercadante, 1975: 26)

O mesmo autor ressalta entre os livros então em destaque trabalhos de divulgação das estruturas de repressão do salazarismo, que traziam um inventário do sistema policial, listas com a relação dos torturadores, além de informações sobre processos de

espionagem interna durante a ditadura. E também outros livros mais antigos, proibidos até então, alguns deles relativos aos primeiros anos do fascismo, como o de Cansado Gonçalves, por exemplo<sup>3</sup>.

### **As editoras no pré e no pós-25 de Abril**

No período que se inicia com a derrubada da ditadura, e que teve uma intensidade extraordinária até o final de 1975, veremos uma enorme efervescência editorial, com amplo destaque para as edições de esquerda. Apresentarei aqui alguns os resultados preliminares de minha pesquisa sobre a criação e a atuação de editoras de livros de caráter político em Portugal no período entre 1968 e 1982, ou seja, a partir da substituição de Salazar por Marcelo Caetano até a extinção do Conselho da Revolução, que marca consolidação da institucionalização da Revolução dos Cravos. Neste texto me limitarei a apresentar uma lista de editoras, sem fazer uma caracterização mais detalhada delas, o que está sendo objeto de meu trabalho neste momento.

Uma idéia interessante para estabelecer a cronologia e a origem das editoras de caráter político em Portugal foi apresentada pelo prof. José Manuel Lopes Cordeiro, da Universidade do Minho, ao sugerir que teria havido uma “primeira geração” de editoras, surgidas a partir de 1969 com a abertura iniciada por Marcelo Caetano, e uma “segunda geração”, filha do golpe de 25 de abril e do processo revolucionário que ele desencadeia.

Assim, já *antes* de 1974 podemos destacar as seguintes editoras que tinham uma linha de atuação, com maior ou menor ênfase, de viés político:

Afrontamento

Afrodite

Arcádia

---

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 27. Mercadante menciona ainda a difusão em Portugal de obras que tratavam das lutas de libertação nas colônias: “Mais impressiona a divulgação da literatura dos movimentos africanos. Os textos de Amílcar Cabral, líder do Partido da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), morto na luta em janeiro de 1973, aparecem em brochura, enquanto que o Movimento Popular de Angola edita páginas sobre o neocolonialismo. A Frente de Libertação de Moçambique é porém a mais ativa em seu programa editorial, pois além de relatos, distribui um número sem conta de prospectos mimeografados a respeito dos vários problemas africanos” (p. 27).

Assírio & Alvim  
Base - FUT  
Brasília  
Cadernos Textuais  
Centelha  
Delfos  
Dom Quixote  
Edições do Povo  
Estampa  
Escorpião  
Europa-América  
Horizonte  
Iniciativas Editoriais  
Inova  
Latitude  
Livraria Júlio Brandão  
Livraria Ler  
Manuel Xavier  
Maria da Fonte  
Moraes  
Multinova  
Novo Tempo  
Paisagem  
Portucalense  
Povo e Cultura  
Prelo  
Presença  
Teorema  
Seara Nova  
Sementes  
Textos Exemplares  
Textos Marginais

Ulmeiro

Após o 25 de abril, surgem dezenas de editoras, alguma das quais podemos caracterizar como *editoras da revolução*, quase todas vinculadas a grupos ou partidos políticos:

Acrata

Avante!<sup>4</sup>

Antídoto

Bandeira Vermelha<sup>5</sup> (nota duas editoras)

Caminho

Contra a Corrente

Decibel

Diabril

Edições 70

Edições A Batalha<sup>6</sup>

Edições A Causa Operária

Edições A Opinião

Edições A Verdade

Edições Jornal do Fundão

Edições Jornal Expresso

Edições Movimento Operário

Edições O Jornal

Edições Revolução

Edições Revolução Proletária

Edições Sociais

---

<sup>4</sup> A Editorial Avante!, do PCP, já existia e atuava desde 1931, mas sempre de forma clandestina. Foi só a partir de Maio de 1974 que passou a atuar na legalidade.

<sup>5</sup> Houve duas editoras com este nome: uma vinculada ao Partido Comunista Português (Reconstruído)-PCP(R) [depois rebatizado como Partido Comunista (Reconstruído)-PC(R)]; e outra ligada ao Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP).

<sup>6</sup> As edições A Batalha já existiam desde o começo do século XX, mas voltaram a ter atuação legal e mais ampla a partir de 1974.



Edições Unidade Popular  
Edições Voz do Povo  
Editorial República  
Forja  
Fronteira  
Génese  
Germinal  
Intervoz  
Líber  
Limiar  
Luta Comunista  
Mondar  
Notícias da Amadora - Orion  
Nova Aurora  
Nova Crítica  
Novo Curso  
O Proletário Vermelho  
Pensamento e Acção  
Perspectivas & Realidades  
Portugal Socialista  
Revolução Proletária  
Seara Vermelha  
Sementeira  
Serviços Sociais dos Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos  
SLEMES (Serviço de Livros e Edições do Movimento de Esquerda Socialista)  
Spartacus (duas editoras)  
Terra Livre  
Textos Políticos  
Textos da Revolução  
Vento de Leste  
Via Editora

Além destas, há ainda duas pequenas editoras, também vinculadas a grupos políticos, que já existiam antes de 1974 e passaram a atuar a partir de então de forma legal mas com um campo de ação muito restrito: Edições do Partido e Edições O Grito do Povo.

Ainda no campo de editoras que surgiram em decorrência das mudanças políticas geradas com o 25 de Abril, há algumas ligadas às idéias de direita (talvez possam ser chamadas de *editoras da contrarrevolução*):

Abril  
Braga Editora  
Edições do Templo  
Edições FP (Fernando Pereira – Editor)  
Edições Roger Delraux  
Intervenção  
Livraria Popular de Francisco Franco<sup>7</sup>  
Literal  
Resistência

E há ainda algumas editoras que, sem se caracterizarem como editoras políticas, passaram a dar mais espaço a este tipo de livros após 1974: A Regra do Jogo, Acrópole, Agência Portuguesa de Revistas, Aster, Ática, Atlândida, Bertrand, Dêagá, Estúdios Cor, Minerva, Sá da Costa, Parceria A. M. Pereira<sup>8</sup>, Portugália, Rés e Ulisseia.

Parece claro que estas editoras de caráter político – e as obras por elas editadas – desempenharam um papel político-social de alguma relevância, seja nos momentos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento. Forneceram subsídio aos debates, trouxeram idéias novas e reavivaram outras, foram reflexo do conjunto dos agrupamentos políticos existentes e canais de expressão desses agrupamentos, oxigenaram a sociedade que até então tinha o acesso limitado ao

---

<sup>7</sup> Já existia antes de 1974.

<sup>8</sup> A Parceria A.M. Pereira é uma das mais antigas editoras de Portugal, fundada no século XIX, e foi muito próxima ao governo salazarista. No entanto, em 1975, em decorrência do clima político em Portugal após o 25 de Abril, a editora passou por um período de autogestão. Nesse curto período a sua linha editorial sofreu grandes alterações e foram publicados livros de esquerda, entre os quais textos de Marx, Engels e Lenin.

pensamento inovador, contestador ou simplesmente reformista, enfim, colaboraram para tornar Portugal mais aberto, livre e moderno.

Esta listagem não é exaustiva nem definitiva, e certamente merecerá ainda correções e complementações. Mas acredito que é útil apresentá-la como uma primeira tentativa de levantamento das editoras que realizaram edições de livros de caráter político em Portugal entre 1968 e 1982.

### Fontes:

BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel (1994). “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”. *Público*, Porto, 11 Jun. 1994, sup. *Leituras*, p. 1-4. Disponível em: <<http://quexting.di.fc.ul.pt/teste/publico94/ED940606.txt>>.

BRANDÃO, José (2007). “Os livros e a censura em Portugal”. Disponível em: <[http://www.vidaslusofonas.pt/livros\\_e\\_censura.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/livros_e_censura.htm)>.

CARDINA, Miguel (2008). *A tradição da contestação: Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*. Coimbra, Angelus Novus, 2008. A obra apresenta como anexo uma lista de “Obras de autores marxistas publicada durante o marcelismo” (p. 252).

CARDINA, Miguel (2010). *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

“Clandestinos”. *Público*, 25 de abril de 1994. Disponível em: <[quexting.di.fc.ul.pt/teste/publico94/ED940425.txt](http://quexting.di.fc.ul.pt/teste/publico94/ED940425.txt)>.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009). “Glossário dos anos do PREC... e de alguns mais”. In: FREITAS, José Gualberto de Almeida. *A guerra dos cartazes*. Lembrabril, 2009, p. 105-133.

DAURO, Covas (2008). “Ler com o Sr. Luís”. Entrevista com Luís Alves Dias. Blogue Todos os Livros, Janeiro/Fevereiro 2008. Disponível em: <<http://todos-os-livros.blogspot.com/2008/01/ler-com-o-sr-lus-1.html>>.

Entrevista com António Monteiro Cardoso em 2 de março de 2011.

Entrevista com Francisco Melo. 1º de Fevereiro de 2011, Lisboa.

FREITAS, Martinho de. “Contributo ao estudo da edição de textos revolucionários em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano I, nº 299, 30 nov. 1971.

FREITAS, Martinho de. “Segundo contributo ao estudo da edição de textos revolucionários em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano I, nº 316, 19 dez. 1971.

FREITAS, Martinho de. “Terceiro contributo ao estudo da edição de textos revolucionários em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano I, nº 331, 4 jan. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Textos para-revolucionários de autores de língua portuguesa editados em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano I, nº 334, 7 jan. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Características da edição dos textos revolucionários em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano 2, nº 405, 19 mar. 1972; nº 417, 31 mar. 1972; nº 424, 7 abr. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Análise dos textos para-revolucionários de autores de língua portuguesa editados em Portugal (1971)”. *Época*, Lisboa, ano 2, nº 426, 9 abr. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Textos revolucionários e anexos editados em Portugal (1972 – 1º trimestre)”. *Época*, Lisboa, ano 2, nº 433, 16 abr. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Textos revolucionários e anexos editados em Portugal (1972 – 2º trimestre)”. *Época*, Lisboa, ano 2, nº 438, 21 abr. 1972.

FREITAS, Martinho de. “Uma carta da Editorial Presença e a resposta de Martinho de Freitas”. *Época*, Lisboa, ano 2, nº 440, 23 abr. 1972.

Mensagem eletrônica enviada pelo professor José Manuel Lopes Cordeiro em 8 de março de 2008.

MERCADANTE, Paulo. *Portugal ano zero*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2007). “Os militares na democratização de Portugal”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Os militares e a democracia*. Lisboa, Edições Colibri, 2007.

“SEARA Nova: ontem e hoje ao serviço da democracia” (1974). *Seara Nova*, nº 1550, Dezembro de 1974, p. 2-3.

VENTURA, António (2000). “O marxismo em Portugal no século XX”. In: CALAFATE, Pedro (dir.). *História do pensamento filosófico português*. Lisboa, Caminho, vol. V, tomo 2, 2000.